



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000289965

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0010306-63.2008.8.26.0320, da Comarca de Limeira, em que é apelante JOSÉ DE JESUS GUARINO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado JORGE MANOEL VIEIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente sem voto), CLAUDIO HAMILTON E CAMPOS PETRONI.

São Paulo, 13 de maio de 2014

Morais Pucci

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0010306-63.2008.8.26.0320
Comarca de Limeira - 3ª. Vara Cível
Juiz de Direito Dr. Mario Sérgio Menezes
Apelante: José de Jesus Guarino
Apelado: Jorge Manoel Vieira

Voto nº 6968

Apelação cível. Ação indenizatória por danos materiais, morais e estéticos, fundada em acidente de trânsito. Sentença de improcedência. Apelo do autor.

Atropelamento. Dinâmica do acidente incontroversa nos autos. Alegação do réu de que o atropelamento se deu por ofuscamento pela luz do sol. Não configuração de caso fortuito. Fato previsível. Hipótese em que deve o condutor redobrar a atenção na direção de seu veículo.

Não comprovação dos alegados danos materiais e patrimoniais. Desacolhimento do pedido indenizatório relativo a tais danos.

Danos morais verificados. Autor que sofreu dor física em razão das lesões sofridas no acidente. Submissão à cirurgia. Fixação da indenização em R\$ 7.000,00. Danos estéticos. Existência de cicatriz decorrente de trauma e de manipulação cirúrgica. Indenização fixada em R\$ 5.000,00. Ambas as indenizações serão corrigidas desde a publicação do acórdão e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês desde o acidente.

Apelação parcialmente provida.

A r. sentença proferida a f. 108/111 destes autos de ação indenizatória por danos materiais, morais e estéticos, fundada em acidente de trânsito, movida por **José de Jesus Guarino**, em relação a **Jorge Manoel Vieira**, julgou improcedente o pedido, condenando o autor no pagamento das custas e despesas processuais e de honorários advocatícios fixados em 10% do valor atribuído à causa, observando ser ele beneficiário da assistência judiciária.

Apelou o autor (f. 115/128), pugnando pelo julgamento de procedência do pedido.

Alegou, em suma, que: (a) estão comprovados nos autos os danos materiais, os danos morais e os danos estéticos decorrentes das lesões sofridas no acidente de trânsito; (b) não pode o réu invocar o fato de que teve sua visão ofuscada pela luz solar, que o teria impedido de visualizar o autor, como excludente de sua responsabilidade; (c) o ofuscamento ou deslumbramento é considerado pela jurisprudência como fato corriqueiro, previsível e evitável; (d) o acidente ocorreu por culpa do réu, que dirigiu seu veículo sem as cautelas necessárias, que deveriam ter sido redobradas, já que estava com a visão ofuscada pela luz do sol; (e) o acidente ocorreu às 7h45 da manhã, em horário de verão, sendo o sol ainda bastante fraco nesse horário; (f) a lei exige que o motorista tenha, a todo momento, domínio de seu veículo; (g) as testemunhas arroladas pelo réu não comprovaram os fatos por ele alegados.

A apelação, isenta de preparo por ser o autor beneficiário da assistência judiciária, foi recebida em ambos os efeitos (f. 129), sobrevivendo contrarrazões (f. 130/133).

É o relatório.

A sentença foi disponibilizada no DJE em 12 de abril de 2010, considerando-se publicada no primeiro dia útil seguinte (f. 114); a apelação, protocolada em 26 de abril daquele ano, é tempestiva.

É incontroversa nos autos a existência do acidente, no dia 05 de fevereiro de 2007, consistente no atropelamento do autor pelo veículo dirigido pelo réu no momento em que atravessava a Rua Silvério Eguinarra Sobrinho, na cidade de Limeira/SP.

O boletim de ocorrência relatou a versão do réu, no sentido de que trafegava com seu veículo pela Rua Egin de Barros Camargo e, ao entrar no cruzamento com a Rua Silvério Eguinarra Sobrinho, teve sua visão prejudicada pela luz do sol, vindo a atropelar o Sr. José (f. 21).

Em sua contestação, o réu admitiu que atropelou o autor, apenas impugnando, de forma genérica, as indenizações por ele pleiteadas, sustentando que lhe prestou toda a assistência, levando-o frequentemente ao hospital e fornecendo os medicamentos necessários.

A sentença ora apelada julgou improcedente o pedido, considerando que a prova produzida nos autos não era segura a respeito da culpa do réu pelo acidente, já que, tendo ele alegado que sua visão foi ofuscada pela luz solar, sua conduta foi acobertada por caso fortuito.

A apelação comporta parcial provimento.

Ao contrário do que entendeu o MM Juiz, o ofuscamento causado pelo sol não pode ser considerado caso fortuito apto a afastar a responsabilidade do réu pelos danos sofridos pelo autor no acidente.

A incidência da luz solar é considerado fato previsível e, em situações como a narrada nestes autos, em que o condutor do veículo tem sua visão prejudicada, deveria ele redobrar a atenção e o cuidado na direção.

Rui Stoco, em sua obra “Tratado de Responsabilidade Civil, Doutrina e Jurisprudência”, assim discorre sobre esse tema:

“(...) esclareceu tecnicamente Geraldo de Faria Lemos Pinheiro: quando os olhos são atingidos por fortes impressões luminosas (fulgurações, revérberos, luzes de faróis, focos luminosos etc.), a vista sofre um choque luminoso, cujo fato marcante é a decomposição da púrpura retiniana e destruição de sua vitamina “A”. O resultado imediato – como observa José Nava – é o ofuscamento ou deslumbramento, durante o qual há incapacidade visual completa (cegueira transitória) (...) E, sendo o deslumbramento um fenômeno sempre provável de ocorrer e, pois, previsível, o motorista que apesar de sua visão toldada ou ofuscada pela luz forte de outro veículo, ainda assim, prossegue a marcha sem as precauções que o momento exige e as circunstâncias impõem, incorre em culpa (...)”. (7ª ed., RT, 2007, pg. 1468).

Menciono, nesse sentido, os seguintes julgados deste E. Tribunal:

Acidente de veículo. Indenização. (...). Topografia desprivilegiada e ofuscamento produzido pela luz solar. Fatores que, embora prejudiquem a visão do condutor, não o isentam de culpa. Condições

que conduzem à necessidade de redobrar a atenção. Acidente de veículo. Indenização. (...) (0272108-34.2009.8.26.0000 Apelação; Relator(a): Rocha de Souza; Comarca: Rio Claro; Órgão julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; 09/08/2012).

ACIDENTE DE VEÍCULO - REPARAÇÃO DE DANOS - DESOBEDIÊNCIA AO FAROL VERMELHO - CULPA DO RÉU EVIDENCIADA - PROCEDÊNCIA MANTIDA - Demonstrado nos autos que o acidente se deu em virtude de o réu ter desobedecido ao farol vermelho, devido é o acolhimento da pretensão ressarcitória da autora - O ofuscamento pela luz solar não é fato imprevisível. Ao contrário, exige maior cautela por parte do motorista - (...) (9210265-80.2007.8.26.0000 Apelação; Rel.: José Malerbi; Comarca: Sorocaba; Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; 17/01/2011).

Nada de fortuito ou força maior, ofuscamento ou deslumbramento, também pela luz solar, constitui fenômeno normal para o condutor de veículo, refletindo-se em sua indubitosa culpa pelo atropelamento, que o obriga, como ao proprietário, a pagar à vítima indenização material e moral. (...). (1181154005 Apelação Sem Revisão; Relator(a): Celso Pimentel; Comarca: Franca; Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; 24/06/2008).

Fixada, pois, a responsabilidade do réu pelo acidente e, conseqüentemente, pelos danos sofridos pelo autor, passa-se à análise dos pedidos indenizatórios deduzidos nesta ação.

Postulou o autor a condenação do réu no pagamento de (a) indenização por danos patrimoniais, definindo-os como “aquele valor que representa o `quantum` que o autor gastou, por economia própria ou por empréstimo, compreendido entre o evento e sua recuperação”, no valor de R\$ 3.000,00; (b) danos morais estimados em R\$ 7.000,00; (c) danos estéticos estimados em R\$ 7.600,00 e (d) danos materiais, consistentes nos valores gastos com medicamentos, no valor de R\$ 3.000,00.

O autor foi internado em hospital, no dia do acidente (05 de fevereiro de 2007), com diagnóstico de fratura de tíbia e da fíbula esquerda (f. 26), tendo sido submetido a cirurgia, com evolução normal (f. 27).

Em setembro de 2007 foi novamente atendido no hospital, constando do relatório que a cicatriz tinha bom aspecto, sem dor (f. 28), e, em abril de 2008, houve “revisão com troca de aparelho gessado”, constando do exame que a fratura estava consolidada, sem mobilidade (f. 29).

Juntou o autor, também, receituários médicos datados de julho (f. 23, 24) e setembro de 2007 (f. 25).

O laudo do IML, datado de 06 de novembro de 2007, relatou que houve fratura de tíbia à esquerda, com submissão a cirurgia reparadora, restando cicatrizes de trauma e de manipulação cirúrgica (f. 22).

A testemunha arrolada pelo autor, Benedito Ribeiro Pires, relatou que o autor andava “mais ou menos normal antes do acidente” e passou a mancar mais depois disso (f. 81).

Noemia Gonçalves observou que o autor não tinha deficiência nas pernas antes do acidente, e que ele fazia uso de pomadas para dor (f. 82).

As testemunhas arroladas pelo réu, Pedro da Silva e Leodi Antero do Carmo, esclareceram que tomaram conhecimento de que o réu prestou auxílio ao autor no período de convalescença (f. 83, 85), e João Aureliano Ferreira Dutra relatou que o autor já tinha “aleijão” antes do acidente e era aposentado por invalidez, tendo o réu lhe prestado auxílio, levando-o para acompanhamento médico na Santa Casa (f. 84).

Os pedidos relativos aos danos materiais não comportam acolhimento porque nenhuma prova produziu o autor a respeito dos valores que tenha gasto em razão das lesões sofridas no acidente de trânsito.

Os danos morais, no entanto, estão demonstrados.

A dor sofrida pelo autor na ocasião do acidente, o fato de ter se submetido à cirurgia, o período de convalescença em que se viu

privado do exercício normal de suas atividades diárias, se caracterizaram como transtornos e dissabores intensos, geradores de dano moral indenizável.

Segundo se verifica da prova dos autos, pelo menos até o mês de abril de 2008, mais de um ano após o acidente, o autor ainda comparecia na Santa Casa para acompanhamento das sequelas deixadas pelas lesões sofridas no acidente (f. 29).

Não se olvida que a prova testemunhal roborou a versão do réu de que ele prestou todo o auxílio necessário ao autor, levando-o ao hospital para as consultas e tratamentos.

Isso, no entanto, não afasta o direito do autor de ser indenizado pelos transtornos vivenciados em razão do atropelamento de que foi vítima, podendo, quiçá, influenciar no valor a ser arbitrado para a indenização por danos morais.

Afigura-se razoável, diante desse quadro, a fixação da indenização por danos morais no valor de R\$ 7.000,00, que deverá ser corrigido a partir da publicação deste acórdão e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde o acidente.

Os danos estéticos também comportam acolhimento.

Segundo o laudo do IML, permaneceu o autor com cicatrizes de trauma e de manipulação cirúrgica (f. 22).

Ora, independentemente de ter o autor anterior problema em sua deambulação, como relatado por testemunhas, sua situação piorou após o acidente, segundo esclareceu João Aureliano Ferreira Dutra, não se podendo deslembrar que as cicatrizes deixadas abalaram sua harmonia corporal.

Assim, faz jus o autor à indenização pelos danos estéticos sofridos, afigurando-se razoável a fixação de seu valor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que deverá ser corrigido a partir da publicação deste acórdão e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde o acidente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª Câmara de Direito Privado

Por tais motivos, acolho em parte a apelação para julgar parcialmente procedente a ação, condenando o réu no pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), e por danos estéticos, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), ambos corrigidos a partir da publicação deste acórdão e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde o acidente.

Considerando a sucumbência recíproca, em proporções assemelhadas, condeno cada parte a recolher aos cofres públicos a metade dos valores que a outra teria gasto com custas e despesas processuais se não fosse beneficiária da assistência judiciária. Os honorários advocatícios são indevidos porque, se fixados fossem, se extinguiriam pela compensação.

Apelação parcialmente provida.

Morais Pucci
Relator
Assinatura eletrônica